

CULTURA DE PAZ: UMA ESPERANÇA EM TEMPO DE VIOLÊNCIA

Maria do Socorro Medeiros Dantas ¹

Rachel Bernardes de Lima²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a Escola de Perdão e Reconciliação – ESPERE, suas bases estrutural e metodológica, seu desenvolvimento e expansão. Para tanto, inicia nas raízes de sua existência, trazendo à luz o problema da violência colombiana, originada nas contradições políticas e socioculturais daquele país, os desdobramentos e consequências para o desenvolvimento do homem no âmbito individual e coletivo. O conceito de território e suas interações com a temática também são apresentados e ao final, submete ao leitor a proposta da *Fundación para La Reconciliación*, os Centros de Reconciliação e a Pedagogia da Reconciliação, criados pelo sociólogo e sacerdote religioso, Leonel Narvaez Gomes, que desempenhou papel de facilitador nas negociações entre governo colombiano e líderes guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionária da Colômbia (FARC) e com o Exército do Povo. Estes trabalhos foram sementes de inspiração para toda proposta que permeia estas instituições em busca de uma Cultura de Paz.

2. VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS HISTÓRICOS

A cultura colonialista deixa fortes sinais no continente americano. As consequências da dinâmica de exploração como uma economia subdesenvolvida, que promove intermináveis crises sociais nos países. Desvencilhar-se do status de colônia é trabalho árduo e de longo prazo.

No século XX, durante a Guerra Fria, os ideários políticos de duas potências: Estados Unidos (capitalista liberal) e União Soviética (comunista) muito influenciaram no surgimento de movimentos revolucionários nos países latino americanos. O sucesso da revolução cubana foi uma preocupação para os Estados Unidos que, desde então, passaram a intervir diretamente nos

¹ Pedagoga, especialista em abordagens restaurativas: ESPERE, Mediação e Justiça Restaurativa. É formadora da ESPERE no Brasil, atuando nas regiões Norte e Nordeste do País. irsdantas@yahoo.com.br

² Pedagoga, Mestre em Educação, Professora na Católica do Tocantins. rachelbernardes@catolica-to.edu.br

processos políticos e sociais dos países, inclusive da promoção de regimes de controle militar, instalando governantes de sua confiança, para garantir interesses de domínio sobre a região.

Alguns líderes políticos de inspiração nacionalista e comunista reagiram fortemente contra a ingerência dos Estados Unidos e defendiam uma política nacional de desenvolvimento, de igualdade, educação, trabalho, justiça social e inclusão nas decisões de políticas nacionais. Tais movimentos representavam uma ameaça para os interesses das elites nacionais que logo buscaram o apoio norte-americano para dar fim aos movimentos revolucionários, e dessa forma lideraram ações que resultaram em “golpes de Estado nos anos 60 e 70, em vários países da América Latina³”. Nessa conjuntura de golpe, tanto a perseguição política, como tortura e censura às liberdades individuais foram integralmente incorporadas a esses governos autoritários que se estabeleceram pelo uso da força. Pouquíssimos movimentos revolucionários sobreviveram ao tempo. Com exceção, os guerrilheiros da Colômbia ainda estão na luta, muito embora já com objetivos distantes dos sonhos passados. O certo é que já registram meio século de violentas resistências.

2.1 A COLÔMBIA NA MIRA DO MUNDO

Na década de 1930, os governos liberais colombianos trabalharam para realizar grandes reformas no país: Reforma Agrária, com distribuição de propriedades improdutivas para camponeses sem terra; Reforma na Educação, com a criação da Universidade Nacional da Colômbia e, Reforma Política, com a fundação da Central de Trabalhadores da Colômbia. Essas reformas deram origem a conflitos entre liberais e conservadores, e focos de violência classista: enquanto os camponeses se organizavam para ocupar terras, a oligarquia armava-se para combatê-los. No final dos anos 40, o conservador Luís Mariano O. Pérez foi eleito Presidente e sua vitória motivou confrontos violentos dentro da classe dominante e, entre essa e as diferentes classes e camadas de

³ JUNIOR, Leandro Augusto Martins. Guerra Fria. Disponível: <http://educacao.globo.com/historia/assunto/guerra-fria/ditaduras-na-america-latina.html>. Acesso: 2/02/2018.

trabalhadores. Grandes massacres ocorreram contra camponeses e indígenas que lutavam pela terra, e os proprietários de terras recorreram ao armamento para combater os seus inimigos de classe. Surgem então os primeiros Exércitos de tipo paramilitar na região cafeeira do norte do país. Paralelo a estes, surgiu o movimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que se caracterizava como grupo dos indivíduos rurais contra governos corruptos que se mantinham no poder em defesa dos interesses norte-americanos, vitimando sempre a população trabalhadora que, se não era explorada até a morte nos latifúndios, perdia a vida nas guerras civis. Para Martins Júnior⁴, o líder do movimento FARC foi Manuel Marulanda, um inconformista da situação econômica e social da Colômbia que deliberou pelo controle do território sul do país, criando esferas de poder paralelo.

Após as FARC, outras organizações de guerrilheiros foram fundadas, como o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Movimento Revolucionário 19 de abril (M-19), este último, hoje, um partido político.

Como o Estado não conseguia dar respostas ao povo nos aspectos de direitos subjetivos e promoção da justiça, surgia um poder paralelo: o poder dos narcotraficantes. Inicialmente, defensores das gentes, mas ao longo dos anos se tornaram um modo de produção capitalista, cuja droga passou a ser um poderoso braço comercial, garantindo a riqueza de boa parte da classe dominante. Conforme Giana Wiggers (2014)⁵, o meio de auto sustentação das FARC foi a inserção do movimento no narcotráfico internacional, com produção, transformação e comercialização de coca, maconha e papoula; intensas práticas de guerrilhas, a exemplo dos sequestros, explosões de edifícios públicos, assassinatos, e também pressões diplomáticas associadas ao grupo.

No início dos anos 80, em meio a um acordo de paz fracassado e uma frustrada tentativa de tomar o poder do país, ascendem grupos paramilitares de direita, encorajados por setores das Forças Armadas e alguns proprietários de terras, empresários, políticos e traficantes de drogas. Os seguintes insucessos

⁴ JUNIOR, Leandro Augusto Martins. Guerra Fria. Disponível: <http://educacao.globo.com/historia/assunto/guerra-fria/ditaduras-na-america-latina.html>. Acesso: 2/02/2018.

⁵ Giana da Silva Wiggers, Mariana A. Tavares e Thaís Regina Balistier. Observatório de Negociações Internacionais da América Latina: análise semanal das negociações internacionais da região. (2014) Disponível em: <https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/> Acesso em 03/02/2018.

intensificaram a violência do confronto armado com o apoio do narcotráfico, do qual se serviam, tantos os grupos paramilitares, como os guerrilheiros.

Segundo Giana Wiggers (2014), no final do século XX a guerrilha contava com aproximadamente 20 mil guerrilheiros. Mas vale o registro de que o mais importante e doloroso deste período estava no desdobramento das atividades ilegais. De acordo com Valencia (2005), no final do século XX e início do século XXI a extensão do cultivo de cocaína atingiu 163 mil hectare de terras, cujo comércio ilegal no exterior chegou a setecentas toneladas por ano, significando 60% do domínio de negócio de drogas ilícitas no mundo. O narcotráfico potencializou além da violência das guerrilhas e dos paramilitares, o clientelismo, a corrupção e a desagregação do Estado.

3. PLANOS DE COMBATE AO TRÁFICO NA COLÔMBIA

A questão do narcotráfico na Colômbia sobreleva o universo policial nacional e passa a ser também continental e mundial. Qualquer ação para minimizar o problema na região e seus efeitos há de ser um trabalho articulado dentro e fora do país.

Segundo Delmanto (2018), na década de 1990, o presidente norte-americano Bill Clinton decidiu certificar os países que conseguissem combater o narcotráfico, com o *Certificado de boa conduta*. Aqueles que não recebessem os tais certificados seriam penalizados econômica e financeiramente pelo governo dos EUA. A Colômbia não conseguiu combater efetivamente o narcotráfico no período de 1995 a 1998. Em decorrência do baixo desempenho foi penalizada com redução nas exportações de produtos para os EUA e restrição de novos empréstimos, cuja consequência foi o agravamento das condições sociais do país.

Nesse cenário, o presidente Pastrana declarou guerra às drogas e elaborou o 'Plano Colômbia' que previa o rearmamento e modernização das forças armadas e da polícia de Estado, mas também previa uma solução negociada com os insurgentes, um acordo de desenvolvimento denominado *Cambio para Construir la Paz 1998-2002*. Segundo Santos (2006), o governo colombiano tinha como objetivo revigorar a economia; encerrar o conflito civil no país; combater o narcotráfico; fortalecer as instituições democráticas do país e

resgatar a governabilidade. E, este plano, era uma estratégia de governo para resgatar as negociações comerciais e financeiras com os Estados Unidos, e “voluntariamente” buscou o apoio do governo norte americano para colocar em prática o seu plano, denominado Plano Colômbia e a sua execução iniciou-se em 2000.

No percurso de sua aplicação com alguns insucessos, esse plano foi se ampliando e ganhando outros contornos, que veremos a seguir.

3.1 TERRITÓRIOS DE PAZ: PROJETOS PARA A RECONSTRUÇÃO SOCIAL DA COLÔMBIA

Territórios são sistemas relacionais complexos, construídos histórica e socialmente. Para os camponeses e indígenas da América Latina, o território tem uma importância política determinante de suas vidas. Algo que vai além da terra. Os territórios têm dimensões sócio-políticas e cosmológicas. Neste sentido, a luta dos camponeses e indígenas pelo território extrapola a luta pela terra, que é meio de produção material, permeando o simbólico da vida, da existência individual e coletiva.

As comunidades rurais colombianas são formadas por camponeses-indígenas. A sua forma de viver, produzir e de se relacionar com a terra, corresponde com o modo de vida tradicional camponês, marginalizadas da institucionalidade do Estado. No contexto dessa integração marginal, Gómez (2016) salienta que os camponeses, posseiros de terras, preferem o distanciamento do Estado para evitar o processo de titulação das terras em posse ou regularização fundiária.

É no contexto de reorganização dos territórios que o governo busca estabelecer diálogo com os insurgentes, para juntos construir caminhos que ponham fim à guerra e promovam a Paz. Esse processo de construção e reconstrução é complexo, desafiador e de longo prazo, havendo necessidade de um envolvimento nacional, concebido a partir do reconhecimento das particularidades e das dinâmicas histórico-geográficas dos territórios regionais e das vidas das comunidades (GOMÉZ, 2016). É nesta perspectiva de valorização e reconhecimento das diversidades e de superação de um século de violência e confrontos armados que o Plano Político denominado *Territórios de Paz* surgiu.

As estratégias para consolidação deste Plano Político miram o desenvolvimento alternativo para a reconstrução territorial, incluindo: territórios livres de culturas ilícitas, o reconhecimento dos direitos das vítimas, a promoção de uma abordagem de gênero na construção da paz, a promoção da participação cidadã e comunitária, a promoção de uma cultura de paz, e apoio ao fortalecimento do Estado Social de Direito, com ênfase nos processos de diálogo.

Para tanto, contam com ações conjuntas que incluem governo nacional e governos locais com a cooperação internacional Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), das organizações da sociedade civil, de Organizações de Mulheres, Indígenas, Afrodescendentes, Camponeses, da Organizações de Vítimas e Organizações de Direitos Humanos, empresas privadas e mídia.

Este Plano conta com alguns Programas, tais como *Parcerias das Alianças Territoriais para a Paz*, o *Programa Desenvolvimento* que tem objetivo de introduzir valores essenciais à paz, respondendo aos que foram impactadas pela violência política e por parceiros econômicos, inclusive em conflitos armados.

É com este intuito que surge em Bogotá a Fundación para La Reconciliación, a quem este estudo se dedicará nos próximos tópicos.

4. A FUNDACIÓN PARA LA RECONCILIACIÓN E OS CENTROS DE RECONCILIAÇÃO

A Fundación para La Reconciliación é uma organização sem fins lucrativos liderada por Leonel Narváez Gómez, sociólogo e sacerdote dos Missionários de Nossa Senhora da Consolata⁶. A Fundação para a Reconciliação projeta e realiza propostas no âmbito da implantação de uma Cultura Política de Perdão e Reconciliação para facilitar a resolução pacífica dos conflitos, a prevenção e a superação da violência, contribuindo assim para a construção de uma paz sustentável.

⁶ A Fundação é uma Organização que em seus 15 anos já está presente em diversos países, por meio do Programa das Escolas de Perdão e Reconciliação - ESPERE.

Os Centros de Reconciliação se localizam em áreas estratégicas das periferias da grande Bogotá. Em parceria com o governo local, e apoiada por organizações estrangeiras, ali se desenvolvem atividades que contribuem para a reabilitação das pessoas vítimas de violência institucional e da guerrilha, e também da exclusão social.

Nos espaços que são alugados, são oferecidas atividades de terapia ocupacional para adultos e idosos, terapias de grupo, assistência psicológica e jurídica, alfabetização de adultos por meio do método alfabetização pelo perdão, e outras ferramentas que agregam valor ao ideal da Instituição. Todas essas ações são desenvolvidas de forma a gerar espaços para audição e interpretação do conflito, atentos às suas várias manifestações.

Todas as propostas sugerem que os participantes incorporem as práticas de convivência e de diálogo nos contextos familiares e comunitárias. Esses exercícios contribuem para desenvolver habilidades e competências sociais para a promoção de lideranças e o desenvolvimento de mecanismos para a resolução de conflitos e violência local.

4.1 APRENDENDO A PERDOAR E RECONCILIAR

Leonel Narvaez Gomes, inserido no Plano de Governo denominado Território de Paz, iniciado no ano 2000, vivenciou experiência que o motivou para, em 2003, criar uma organização dedicada exclusivamente à promoção de uma Cultura de Paz. Nos Centros de Reconciliação ele desenvolveu um Programa especial de pastoreamento daqueles que eram violentados das mais diferentes formas, como já mencionado neste trabalho, e a este Programa denominou *Escola de Perdão e Reconciliação – ESPERE*.

A tese de Pe. Leonel está em que, o Perdão, como uma proposta de trabalho comunitário, que vai além do fato restaurador. Ele antecipa essa fase, por um modelo de formação baseada em princípios éticos, em exercícios de compaixão e de confiança direcionado para o Perdão e Reconciliação. O objetivo então é, desenvolver uma cultura política do perdão, tendo-o como um direito a todas as pessoas, e mais que direito, um princípio norteador da vida dos cidadãos para a não violência.

De um Programa surge a Política Pública da Educação Básica de Crianças, Adolescente e também de Alfabetização de Jovens e Adultos Rurais da Prefeitura de Bogotá. Uma educação voltada para o cuidado na convivência humana, pautada no diálogo assertivo e não violento, em vivências e práticas do perdão no cotidiano da vida. Uma pedagogia que ensina a educar os sentimentos e as emoções conflitantes.

A ESPERE é um método de intervenção que nasceu como resposta à violência. Ela reforça poderosamente os planos da mediação e da restauração, trabalhando de forma direta a desconstrução da violência que há nas pessoas. Isto acontece a partir do entendimento dos padrões aprendidos e reproduzidos, do manejo das emoções de ódio, rancor e desejo de vingança, e da percepção de como essas emoções se conectam com as dimensões física, comportamental, econômica e social na perspectiva de transformar essas energias negativas em ações criativas construtivas e sustentáveis.

O nome “Escola” de Perdão e Reconciliação dá ideia de ensino e aprendizagem e é isso o que acontece. A Escola tem uma estrutura básica com conteúdos específicos distribuídos em doze módulos que se dividem em duas etapas: Perdão e Reconciliação. Cada etapa tem uma forma própria de ser conduzida, com atividades diversas, que vão desde inspiração teórica, com textos que se ligam ao tema, aos exercícios de vivência, com trabalhos individuais, em pequenos grupos e vivências no coletivo.

O processo de aprendizagem se dá no autoconhecimento que se adquire e que possibilita o desenvolvimento de habilidades para resolver os próprios conflitos interpessoais de forma humanizada, com competência e liberdade para administrar suas emoções de forma mais autônoma, e assim interagir e conviver de forma harmônica.

A ESPERE se constitui em espaços comunitários de aprendizagem do processo de elaboração de narrativas afetivas e motivacionais acerca de ofensas recebidas e reproduzidas. No processo de formação do grupo pequeno, chamado *ambiente seguro*, o acolhimento e a escuta da pessoa que compartilha sua dor, ou seja, a raiva, a indignação, o medo, ou até mesmo o sentimento de culpa. Neste espaço, o objetivo é auxiliar na recuperação e no fortalecimento do potencial humano, e propiciar o restabelecimento da autoestima e da confiança

daqueles que se dispõem a participar, bem como a desenvolver uma nova perspectiva para a situação conflituosa.

A estrutura de forma geral se estabelece da seguinte forma:

[...] grupos pequenos de 3 a 5 pessoas (ambiente seguro) e grupos grandes constituído de 15 a 30 pessoas (a assembleia) sob orientação de dois expertos dinamizador-animadores da ESPERE, reúnem-se e esforçam-se para acolher e transformar sua raiva, seu ódio e desejo de vingança. Os encontros levam em consideração a construção coletiva e consensual de regras mínimas de respeito e convivência, de escuta ativa e empática e pacto pelo completo sigilo, ou seja, o conjunto das regras para proporcionar o ambiente seguro. (NARVÁEZ, 2011, p. 22)

Esse pacto de convivência construído coletivamente, onde se define a forma de caminhar do grupo, acontece já no primeiro encontro. Após discussão de cada ponto trazido pelos participantes, é fechado o acordo com a assinatura comprometedora de todos. Esse documento fica exposto em local visível para que todos possam se lembrar de seu compromisso coletivo. Se, por algum motivo, alguém descumprir as regras, o dinamizador faz o grupo refletir sobre a necessidade de refazer ou de manter aquele acordo.

No aspecto individual o trabalho inicialmente concentra-se em

[...] abordar pequenos conflitos do dia-a-dia que deram origem a processos dolorosos, o que possibilita que as pessoas vivam uma experiência efetiva de cura de feridas da alma, transformando raivas, ódios e desejos de vingança em sentimentos que promovem o desenvolvimento integral das pessoas e comunidades. (NARVÁEZ, 2011).

O acolhimento oferecido no *ambiente seguro* viabiliza a transformação da pessoa e do contexto da ofensa, uma vez que as pessoas podem falar dos fatos ocorridos e expressar sua percepção e os sentimentos deles decorrentes, livre de censura ou julgamentos. Por meio dos procedimentos próprios do método vai construindo uma nova narrativa acerca da ofensa e do ofensor.

Cada participante é responsável pelo seu próprio processo de mudança, motivo pelo qual é fundamental o cumprimento de todas as tarefas propostas. Ele também precisa ter disposição para colaborar de forma responsável com o grupo, uma vez que se trabalha o princípio de confidencialidade no mútuo apoio. Isto implica exercitar o respeito e a solidariedade diante da dor do outro, bem como na assiduidade em todas as oficinas.

Fazer-se ausente em um encontro do *ambiente seguro*, além de representar desrespeito aos componentes do seu grupo, ocasiona duplo dano: para o próprio participante, que perde a oportunidade de crescimento pessoal, e para os demais membros do seu *ambiente seguro*, quando são penalizados por um desequilíbrio, causado pela ausência de um elemento.

O exercício da fala sobre a percepção dos fatos passados em um *ambiente seguro*, auxiliado pelas ferramentas próprias do método, torna possível uma (re)elaboração da dor e a (re)construção da história, evitando com isso a vingança. Dessa forma, a decisão de liberar o passado por meio do perdão implica na renúncia de fazer justiça com as próprias mãos.

Enfim, a proposta da ESPERE é uma construção colaborativa de um projeto de vida favorável à reconstrução das dimensões humanas afetadas por contextos violentos, e que, viabiliza o rompimento das interpretações e condutas, determinadas pelas ofensas, para restaurar os três pilares da estrutura humana que são: o significado da vida, a solidariedade social e a segurança de si mesmo (NARVAEZ, 2010).

4.2 PEDAGOGIA DA RECONCILIAÇÃO

A Pedagogia da Reconciliação constitui a segunda parte do método ESPERE, e é um processo que se dá na interação com o outro. Enquanto o Perdão é um processo em que a pessoa decide reconsiderar um assunto ou situação, para Martin Padovani (2012) a Reconciliação é um processo que se relaciona com a cura e com a reconstituição dos relacionamentos abalados.

Ressalta-se que a reconciliação, diferentemente do perdão, segue outro caminho. Primeiro porque não precisa renunciar qualquer reparação estabelecida pela lei; segundo, é opcional; e, terceiro, ela só se concretiza com a presença e participação da outra pessoa. É o processo da vítima e ofensor.

No transcurso desta etapa, indiscutivelmente a construção da verdade é elemento essencial. É a primeira condição para se avançar na perspectiva de um restabelecimento das relações interpessoais. A utilização de ferramentas das terapias breves e da comunicação assegura um diálogo assertivo com as pessoas em questão (vítima e ofensor), que se aplicam na construção de uma verdade, fundada em três lógicas:

(...) a lógica dos acontecimentos – significando a narrativa dos fatos; a lógica do sentido – aquela que convida o participante a perguntar e responder sobre as razões que levaram ao acontecimento; e a lógica da necessidade – aquela que leva ao cuidado e o respeito pela vida (NARVÁEZ 2011, p. 268).

As narrativas gestadas nas experiências íntimas, e compartilhadas no ambiente seguro propiciam a aproximação da verdade. Essa construção é um esforço para explicar o que aconteceu; as circunstâncias em que os fatos se deram e os impactos que sofreram em suas vidas.

Há de se considerar que diante dos impactos causados e sofridos algumas pessoas dimensionam os danos e buscam formas jurídicas de recuperar as perdas; outras estimam as perdas sem recorrer à justiça e buscam o apoio no espaço privado entre família e amigos, ou mesmo buscando o diálogo com o ofensor. Esta segunda forma de tratar o drama do conflito propicia a construção de uma nova narrativa tanto por parte da vítima quanto do ofensor. A essa construção vivencial do sentido do “justo” se inaugura o processo que chamamos de “Justiça Restaurativa”.

Ao optar pela Reconciliação, os indivíduos seguem diferentes caminhos. Dependendo da gravidade da ofensa e da capacidade de desconstrução do mal sofrido, a vítima, que é a credora e detentora de poder para solucionar o problema, tem a autonomia para decidir por uma Reconciliação de Coexistência, de Convivência ou de Comunhão.

Na Reconciliação de Coexistência inexistente uma relação de proximidade entre as partes. A vítima e o ofensor assumem compromisso de respeito mútuo, renunciando práticas hostilizantes, públicas ou privadas. Diante das dificuldades vivenciadas faz-se necessário um mediador para resolver de forma pacífica, o problema que os afligem.

Na Reconciliação de Convivência, as partes assumem compromisso de respeito mútuo; se relacionam de forma amigável enquanto tratam de objetivos comuns, e diante de situações difíceis buscam um mediador que os ajudem a encontrar uma solução conjunta para o problema, por meio do diálogo direto, claro e pacífico.

Na Reconciliação de Comunhão, as partes se recompõem e fazem uma aliança, um pacto pela vida em comum, partilham seus compromissos e decisões, enfim realizam a vida em comum.

Em qualquer dos tipos de Reconciliação, há de se estabelecer um pacto, com o objetivo de garantir a convivência futura sem violência. Não só entre pessoas se constroem pactos, mas essencialmente entre grupos, empresas e nações. É comum se realizar pactos formalizados para garantir a continuidade daquilo que foi estabelecido, compactuado entre as partes.

Neste sentido, a ESPERE propõe ainda três formas pelas quais as pessoas podem estabelecer o pacto. O mais simples é o informal, ou seja, aquele que tem uma conotação moral, e que se materializa apenas pela palavra, baseado no princípio da honestidade humana. O segundo, se realiza de forma legal, com um protocolo jurídico ou processo em cartório. E, o terceiro, se dá pelo compromisso de participar de processo restaurativo. Assim, os procedimentos utilizados pela ESPERE, na fase da Reconciliação, conduzem a processos restaurativos em nível pessoal e interpessoal.

Assim como tantos métodos e abordagens conquistaram espaço na resolução de conflitos, a ESPERE também está se consolidando como instrumento complementar na formação de facilitadores das práticas de Justiça Restaurativa. Um dos aspectos que ajuda nesse caminho de consolidação é a disseminação do trabalho por meio da realização de oficinas, mas, principalmente, pela constituição de equipes de trabalho e instalação de Núcleos Formadores.

4.3 NÚCLEO DE FORMAÇÃO DA ESPERE – ESCOLA DE PERDÃO E RECONCILIAÇÃO

Para criação de um Núcleo, faz-se necessário que haja uma equipe com no mínimo cinco pessoas capacitadas e engajadas no processo de animação/dinamização. Esta equipe dedica-se a facilitar círculos restaurativos; realiza oficinas ESPERE e ministra cursos para formar novos dinamizadores/facilitadores.

A carga horária mínima do curso para formar dinamizadores/facilitadores é de 80 horas presenciais, com foco na teoria e vivência sobre o “Perdão” e a “Reconciliação”.

De acordo com Gomes (2010), o candidato a tornar-se um dinamizador/facilitador da ESPERE, ao passar pelo processo de formação terá seu perfil avaliado, a partir do padrão:

Demonstrar capacidade para trabalhar em equipe; capacidade de liderança; habilidade para escuta ativa; destreza na administração do tempo; demonstrar espontaneidade diante de situações complexas; fluidez na comunicação verbal e gestual; compromisso com processo comunitário de longa duração; evitar privilegiar as reflexões; treino no exercício de perguntas para facilitar o trabalho; demonstração de cuidado com os participantes no desenvolvimento das oficinas; manutenção de vínculo e afeto com a equipe de trabalho (GOMES, 2010, p, 27).

Uma vez confirmado o perfil do candidato, este é convidado a iniciar a aplicação das oficinas ESPERE, em companhia de outro dinamizador/facilitador já em exercício, sob a orientação e supervisão de um *expert* na utilização do método. Após condução de duas oficinas ESPERE por ano e, num período consecutivo de dois anos, receberá seu certificado de credenciamento para continuar realizando esse trabalho, agora como integrante da Rede Internacional. A certificação do dinamizador/facilitador precisa ser renovada a cada dois anos, e para isto ele deve estar integrado a um Núcleo, participando de forma ativa nos encontros de formação continuada prestando conta do seu trabalho.

Todo o programa de estudo e de formação da ESPERE obedece a parâmetros estruturantes, cuja *Fundación para la Reconciliación*, com sede em Bogotá, é o órgão regulador maior. A Rede ESPERE no Brasil está organizada em um colegiado, composto por representantes das cinco regiões brasileiras. Cada região tem sua autonomia para o trabalho, e pode fazer adaptações dos módulos temáticos e do material utilizado nas oficinas, conforme a cultura regional e o perfil do dinamizador/facilitador e as áreas ou segmentos de demandas.

A cultura da violência, enquanto fenômeno, foi construída paulatina e historicamente. Desta feita, há possibilidade de se reverter este panorama, desconstruindo-a e promovendo um novo fenômeno: o da Cultura de Paz. A ESPERE no Brasil cultiva este novo modelo como uma cultura Política, que complementa o trabalho restaurativo tão recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Na próxima edição, far-se-á apresentação de conceitos e concepções dos princípios que fundamentam o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ESPERE no Brasil, que já conta com algumas experiências exitosas vivenciadas nas áreas de Pastoral e Família e, Políticas Públicas, em especial: Assistência Social, Educação, Saúde e Sistema Prisional.

REFERÊNCIA

- DELMANTO, Júlio. **A Proibição das drogas e a violência na Colômbia**. Disponível em: <https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/proibio-das-drogas-e-violncia-na-colmbia-jlio-delmanto.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018
- GOMÉZ, Gustavo Montañez . **Territorios para la paz en Colombia**: procesos entre la vida y el capital. En: *Colombia Bitacora Urbano Territorial*, ed: Universidad Nacional De Colombia Facultad De Artes v.26. fasc.2 p.11 – 26, 2016.
- GOMES, Leonel Narvaez. **La Revolución Del Perdón**. Bogotá: San Pablo, 2010.
- NARVAEZ Leonel. **Cultura Política de Perdón Reconciliación**. 2. ed. Bogotá: Grafismo Impresores, 2010, p. 249.
- PADOVANI, Martin H. **Curando Relacionamentos Feridos**. São Paulo: Paulus, 2012.
- SANTOS, Marcelo. **O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe** (2002-2006). Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CENAIInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- VALENCIA, León. **Drogas, Conflito e os EUA**: a Colômbia no início do século. Estudos. Avanzados, São Paulo, v.19, n.55, p.129-151, Dec.2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso on: 05 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300010>.
- WIGGERS, Giana da Silva; TAVARES, Mariana A. e BALISTIER, Thaís Regina. **Observatório de Negociações Internacionais da América Latina**: análise semanal das negociações internacionais da região. (2014) Disponível em: <https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/> Acesso em: 03 fev. 2018.